UNIÃO BRASILEIRA DE VIDROS S.A.

C.N.P.J. 60.837.689/0001-35

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas, em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras condensadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Colocamo-nos ao inteiro dispor de V.Sas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 07 de maio de 2019

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.027	6.223
Aplicações financeiras	6	10.152	2.671
Contas a receber	7	272	2.809
Estoques	8	-	12.364
Impostos e contribuições a recuperar		149	213
Outros ativos circulantes		92	455
		15.692	**24.735**
Ativos mantidos para venda	9	5.354	-
Total do ativo circulante		**21.046**	**24.735**
Não Circulante			
Impostos e contribuições a recuperar		84	280
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	4.341	-
Depósitos judiciais	14.c	1.078	907
Empréstimos a partes relacionadas	11	190	-
Imobilizado	12	-	56.426
Intangível		2	108
Total do ativo não circulante		**5.695**	**57.721**
Total do Ativo		**26.741**	**82.456**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	2018	2017
Circulante			
Fornecedores		155	3.063
Empréstimos e financiamentos	13	-	142
Salários e encargos sociais		204	1.480
Impostos e contribuições a recolher		886	
Partes relacionadas	11	103	174
Outros passivos circulantes		841	1.275
Total do passivo circulante		**1.311**	**7.020**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	-	76
Provisão para riscos	14.c	1.091	778
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	-	3.211
Total do passivo não circulante		**1.091**	**4.065**
Patrimônio Líquido			
Capital social	15.a	45.000	45.000
Ações em tesouraria		(27)	(27)
Ajustes de avaliação patrimonial	15.c	2.462	2.462
Reserva de lucros	15.d	-	23.936
Prejuízos acumulados		(23.096)	-
Total do patrimônio líquido		**24.339**	**71.371**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**26.741**	**82.456**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais-R$, exceto prejuízo por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2018	2017
Receita Operacional Líquida	16	**27.684**	**63.126**
Custo dos produtos vendidos	17	(22.576)	(55.869)
Lucro Operacional Bruto		**5.108**	**7.257**
Despesas Operacionais			
Despesas com vendas	17	(1.044)	(2.168)
Despesas gerais e administrativas	17	(7.018)	(6.670)
Outras despesas operacionais, líquidas	18	(51.778)	(2.080)
Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro		**(54.732)**	**(3.661)**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	19	631	887
Despesas financeiras	19	(550)	(1.606)
		81	**(719)**
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(54.651)**	**(4.380)**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	10.b	7.552	1.296
Prejuízo do Exercício		**(47.099)**	**(3.084)**
Prejuízo Por Lote de Mil Ações (Em R$)	15.F	**(49,02)**	**(3,21)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(54.651)	(4.380)
"Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:"			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	16	(315)
Provisão para perda nos estoques	8	(130)	(335)
Atualização de depósitos judiciais	14.c	(171)	(42)
Depreciação e amortização		3.180	7.549
Valor residual de ativo intangível baixado		105	-
Perda/(ganho) na venda de ativo imobilizado		(1.985)	22
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	12	45.374	-
Provisão para riscos	14.c	313	68
Juros sobre aplicações financeiras	19	(263)	(245)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		8	100
Redução (aumento) de ativos:			
Contas a receber	7	2.521	220
Estoques	8	12.494	2.119
Impostos e contribuições a recuperar		260	(43)
Outros ativos		363	309
Aumento (redução) de passivos:			
Fornecedores		(2.908)	651
Salários e encargos sociais		(1.276)	(166)
Impostos e contribuições a recolher		(878)	244
Partes relacionadas	11	(71)	-
Outros passivos		(367)	467
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.934	6.223
Juros pagos		(8)	(140)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.926	6.083
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações financeiras	6	(7.218)	-
Empréstimos a partes relacionadas	11	(190)	-
Recebimentos relativos à venda de ativo imobilizado	18	4.504	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	12	-	(2.725)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.904)	(2.725)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Distribuição de dividendos		-	(1.296)
Captação de empréstimos e financiamentos		-	130
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(218)	(1.781)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(218)	(2.947)
Variação no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(1.196)**	**411**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	6.223	5.812
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	5.027	6.223
Variação no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(1.196)**	**411**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de Lucros: Reserva legal	Reservas de Lucros: Reserva de lucros retidos	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	**45.000**	**(19)**	**2.462**	**3.415**	**23.511**	**-**	**74.369**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(3.084)	(3.084)
Juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados	-	-	-	-	94	-	94
Ações em tesouraria	-	(8)	-	-	-	-	(8)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.084)	3.084	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**45.000**	**(27)**	**2.462**	**3.415**	**20.521**	**-**	**71.371**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(47.099)	(47.099)
Juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados	-	-	-	-	67	-	67
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	(3.415)	(20.588)	24.003	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**45.000**	**(27)**	**2.462**	**-**	**-**	**(23.096)**	**24.339**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2018	2017
Prejuízo do Exercício	**(47.099)**	**(3.084)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	**(47.099)**	**(3.084)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais-R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais: A União Brasileira de Vidros S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Senador Teotônio Vilela, s/n-Km 30, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Após avaliar as condições de mercado e do ambiente econômico, incluindo as perspectivas para a construção civil nacional, a Companhia optou por não realizar a reforma de seu forno para um mais ciclo de produção. Dessa forma, no dia 3 de abril de 2018, a Companhia comunicou aos seus acionistas sobre decisão de descontinuar suas operações industriais a partir da referida data e as operações comerciais a partir de 30 de junho de 2018. Dessa forma, a Companhia deixou de atuar no ramo em que atuou preponderantemente por anos, na industrialização, comercialização, representação, importação e exportação de vidros e cristais. Os produtos da Companhia eram destinados, principalmente, aos mercados de construção civil e de decoração e atendiam a diferentes tipos de aplicação, tais como esquadrias, boxes de banheiros, portas, divisórias, móveis e molduras. **2. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) Novas e Revisadas: 2.1.** Alterações às IFRS e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2018 No exercício corrente, a Companhia aplicou as emendas e novas interpretações às IFRS, emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e aos pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1° de janeiro de 2018.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações à IFRS 2 (CPC 10 (R1))	Pagamento baseado em ações	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 (CPC 48)	Instrumentos financeiros	1° de janeiro de 2018
IFRS 15 (CPC 47)	Receitas de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018
Alterações à IFRS 15	Receita de contratos com clientes - classificações	1º de janeiro de 2018
IFRIC 22	Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas	1º de janeiro de 2018
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2014 - 2016 (IFRS 1 e IAS 28)	1° de janeiro de 2018

A Administração da Companhia considerou estas alterações na elaboração das demonstrações financeiras sendo apresentadas, no entanto, sua aplicação não gerou impacto significativo nos resultados ou na posição patrimonial e financeira da Companhia. **2.2.** Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRIC 23	Incertezas sobre tratamentos de imposto de renda	1° de janeiro de 2019
IFRS 16 (CPC 06 (R2))	Arrendamento mercantil	1° de janeiro de 2019
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2014 – 2016 (IFRS 1 e IAS 28)	1° de janeiro de 2019
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2015 – 2017 (IFRS 3 e 11 e IAS 12 e 23)	1° de janeiro de 2019
Alterações à IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com compensação negativa	1° de janeiro de 2019
Alterações à IAS 28 (CPC 18 (R2))	Participações de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures	1° de janeiro de 2019

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamentos técnicos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data efetiva de adoção para 2017, 2018 e 2019, porém existe a expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia não adotou de forma antecipada tais IFRS em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Administração da Companhia está atualmente realizando uma análise sobre os impactos, se houver, decorrentes da adoção das IFRS novas ou revisadas e alteradas em suas demonstrações financeiras. Com base nas análises realizadas até o momento, a Administração da Companhia não espera que haja impactos significativos em suas demonstrações financeiras após a adoção dessas IFRS novas ou revisadas e alteradas. **3. Principais Políticas Contábeis: 3.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC. As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 07-Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração da Companhia confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, em função do encerramento das atividades operacionais e comerciais da Companhia, as demonstrações financeiras contemplam ajustes e provisões requeridas para entidades que não estejam em continuidade operacional. Neste contexto, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras em uma base consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no entanto no pressuposto da não continuidade das operações. **3.2. Base de elaboração:** Considerando que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram ajustados a seus valores recuperáveis, assim como, foram reconhecidos todos os passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações. As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir e vêm sendo aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados. **3.3. Moeda funcional e de apresentação:** Conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2)-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, a Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real (R$). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em milhares de reais. **3.4. Valores em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de encerramento do balanço. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica "Variação cambial", quando aplicável. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. Os ativos e passivos em reais (R$) e sujeitos à indexação contratual ou legal, são corrigidos na data do balanço pela aplicação do índice de correção correspondente. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício em bases correntes. **3.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa (i) dinheiro em caixa; (ii) depósitos bancários; e (iii) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando possui vencimento de curto prazo, por exemplo, 3 (três) meses ou menos, a contar da data de sua contratação. **3.6. Contas a receber de clientes e Provisão para devedores duvidosos:** As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que geralmente representa os montantes faturados e, posteriormente, pelos saldos menos provisão para eventuais perdas no valor recuperável. A provisão para devedores duvidosos é estabelecida quando existe evidência objetiva, além de quaisquer garantias que possam ter sido fornecidas pelo cliente, de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os montantes devidos, de acordo com as condições iniciais dos créditos a receber. **3.7. Estoques:** Os estoques são reconhecidos pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização ou de reposição. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio e consideram todos os gastos incorridos para a sua aquisição e regularização objetivando sua futura utilização nas operações da Companhia. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, demais custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal). Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização e perdas de inventário físico. **3.8. Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, sendo mensurados pelo menor entre o valor contábil até então registrado e o valor justo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. **3.9. Imobilizado** O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição e/ou construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, quando aplicável, e deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. No caso de ativos qualificáveis, os custos de financiamentos são capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. As imobilizações em andamento são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos demais ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado, exceto para terrenos e imobilizações em andamento. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na baixa ou alienação de um item do imobilizado, ou reforma de equipamentos, são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

Edificações e benfeitorias	De 40 a 60 anos
Equipamentos e instalações	De 3 a 40 anos
Veículos	De 4 a 6 anos
Móveis e utensílios	De 2 a 49 anos
Equipamentos de informática	De 4 a 20 anos

3.10. Intangível: Consiste principalmente em programas de computador (softwares) e licenças de uso reconhecidos pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Os softwares são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. As vidas úteis estimadas dos itens do ativo intangível para o exercício corrente são as seguintes:

Programas de computador (softwares)	5 anos

3.11. Avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração: Ativos sujeitos à depreciação e amortização são testados para fins de avaliação do seu valor recuperável (impairment) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo montante no qual o valor contábil exceder o valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo de venda do ativo menos os custos para efetivar a venda e o seu valor em uso. Com o propósito de avaliar o valor recuperável, os ativos são agrupados na menor unidade na qual fluxos de caixa separáveis possam ser identificados (i.e., unidades geradoras de caixa). Ativos não financeiros que tenham sofrido redução do seu valor recuperável são revisados para a possibilidade de reversão da perda a cada data do balanço. Os valores recuperáveis são determinados com base no valor justo líquido dos custos de alienação desses ativos (valor líquido de venda). Considerando a decisão da Administração pela descontinuidade das operações industriais e comerciais da Companhia (nota explicativa nº 1), em 31 de dezembro de 2018 identificou-se a necessidade de constituir provisão ao valor recuperável (impairment) dos ativos de longa duração da Companhia (nota explicativa nº 12). **3.12. Despesas antecipadas:** São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, considerando-se o princípio da competência para registro do ativo. Esse grupo está representado, substancialmente, por despesas na comercialização de seguros (nota explicativa nº 21). **3.13. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Em função desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo sem que haja caracterização da liquidação do passivo, permitindo que a Companhia continue questionando as ações. Nessas situações, embora os depósitos ainda sejam ativos da Companhia, os valores somente são liberados mediante o recebimento de uma decisão judicial final favorável à Companhia. Quando aplicável, os depósitos judiciais são registrados contabilmente no ativo não circulante e são considerados como atividades de investimento para fins da demonstração dos fluxos de caixa. **3.14. Ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e/ou cambiais e os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em função do tempo decorrido (pro rata temporis) até a data do balanço. Os bens e direitos realizáveis até o prazo de 12 (doze) meses da data do balanço estão apresentados como ativos circulantes. **3.15. Fornecedores:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações da Companhia. **3.16. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição ou construção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para o uso pretendido, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não despendidos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. **3.17. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado ao longo do período de vigência dos contratos. Os juros pagos são apresentados como atividade operacional nas demonstrações do fluxo de caixa. **3.18. Provisões:** Geral: As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e que seja provável que a Companhia será requerida a liquidar tal obrigação, e que esta possa ser mensurada de forma confiável. O montante reconhecido como provisão representa a melhor estimativa da contraprestação que será devida para liquidar a obrigação na data do balanço, levando-se em consideração os riscos e as incertezas em torno da obrigação. Provisão para riscos: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.19. Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As obrigações vencíveis até o prazo de 12 (doze) meses da data do balanço estão apresentadas como passivos circulantes. **3.20. Reconhecimento de receitas:** A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou presta o serviço ao cliente. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: • A Companhia possui um direito presente a pagamento pelo ativo; • O cliente possui a titularidade legal do ativo; • A Companhia transferiu a posse física do ativo; • O cliente detém os riscos e os benefícios significativos da propriedade do ativo; e • O cliente aceitou o ativo. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes sobre a prestação dos serviços (nota explicativa nº 16). As receitas de serviços prestados estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social - PIS: 1,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%; e • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS: Alíquotas vigentes em cada Estado. **3.21. Reconhecimento de despesas:** As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração (nota explicativa nº 17). **3.22. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras, dentre outros, e são registradas contabilmente em conformidade com o regime de competência (nota explicativa nº 19). **3.23. Participação nos lucros e resultados:** A Companhia possui programa de participação nos lucros e resultados que contempla todos os seus colaboradores em que são estabelecidas metas de redução de desperdício, redução de sucata, aumento da produtividade e redução de acidentes. Esses custos são reconhecidos como salários e encargos e são provisionados na data de encerramento das demonstrações financeiras. **3.24. Ação em tesouraria:** Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, na alienação, na emissão ou no cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital. **3.25. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida na data de encerramento das demonstrações financeiras com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos por seus atos societários. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que esses dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia. **3.26. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R$240 anuais, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesa, temporariamente não dedutível, ou exclusões de receita, temporariamente não tributável, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data de encerramento das demonstrações financeiras entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada na data de encerramento das demonstrações financeiras e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **3.27. Ativos e passivos financeiros:** Reconhecimento: Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação. Classificação dos instrumentos financeiros: Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, a política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR), substituindo as categorias existentes anteriormente no Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39), revogado a partir de 1º de janeiro de 2018: Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. i. Custo amortizado: Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Para os exercícios apresentados, a Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber nesta categoria. ii. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, enquanto os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Para investimentos específicos em instrumentos patrimoniais, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, a Administração pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar mudanças subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes. A Companhia não possui ativos financeiros nesta categoria. iii. Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"): Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado. A administração também pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável um ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos, e respectivos ganhos e perdas, em bases diferentes. A Companhia não possui ativos financeiros nesta categoria. Todos os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros, que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado possuem seu valor recuperável avaliado a cada data de balanço. Ativos financeiros são considerados sob a perspectiva de perda do valor recuperável quando houver evidência objetiva que, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento tenham sido afetados. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não reconheceu perdas no valor recuperável de ativos financeiros. Baixa de ativos e passivos financeiros: Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou a Companhia transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Nos casos em que não há transferência ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados se não houver retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido. Ao baixar um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação recebida será reconhecida no resultado. Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram. Compensação entre ativos e passivos financeiros: Ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido. **3.28. Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa é preparada com base no método indireto, no qual segregam-se os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e reconcilia o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social com os fluxos de caixa líquidos e com a variação do caixa e equivalentes de caixa. As alterações nos itens do balanço que não resultaram em fluxos de caixa, tais como diferenças de conversão cambial, variações de valor justo e outros itens não monetários, foram eliminadas para efeitos de preparação desta demonstração. Quando aplicável, os dividendos pagos aos acionistas estão incluídos nas atividades de financiamento. **4. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incertezas nas Estimativas:** Na aplicação das principais políticas contábeis da Companhia (nota explicativa nº 3), a Administração deve exercer julgamento e desenvolver estimativas para os valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas associadas são baseadas na experiência histórica e demais fatores considerados relevantes e, portanto, os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas subjacentes são continuamente revisadas pela Administração. Os efeitos das revisões nas estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente. A Administração concluiu que os julgamentos e estimativas consideradas mais significativas na elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes: **4.1. Mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem o uso de inputs que estão ou não baseados em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. Na nota explicativa nº 20 são apresentados os detalhes dos principais pressupostos utilizados para mensurar os valores de mercado dos instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação e os pressupostos utilizados são adequados para medir os valores de mercado dos instrumentos financeiros. **4.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber de clientes, quando há evidência objetiva de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do recebível e tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados, os quais podem ser estimados de forma confiável. Tais evidências incluem insolvência, inadimplência ou uma probabilidade significativa de um devedor declarar falência (nota explicativa nº 7). **4.3. Provisão para perda nos estoques:** Conforme descrito na nota explicativa nº 8, quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização (giro lento ou não vendáveis) e perdas de inventário físico. **4.4. Vidas úteis do ativo imobilizado:** Os valores contábeis do ativo imobilizado são baseados em estimativas, premissas e julgamentos relativos aos custos capitalizados e as vidas úteis dos ativos. As estimativas, premissas e julgamentos refletem a experiência histórica e as expectativas sobre o futuro das condições da indústria de construção civil e das suas operações. A Companhia calcula a depreciação utilizando o método linear. Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27-Ativo Imobilizado, a Companhia avaliou as vidas úteis-econômicas dos bens do seu ativo imobilizado e não identificou necessidade de mudança em relação ao ano de 2017. **4.5. Valor recuperável de ativos de longa duração:** Determinar quando o ativo imobilizado possa ter sofrido perda no valor recuperável requer uma estimativa do seu valor em uso ou do valor justo líquido das despesas de venda. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor justo líquido dos custos de alienação desses ativos (valor líquido de venda). Conforme descrito na nota explicativa nº 3.11, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia identificou a necessidade de constituir provisão ao valor recuperável (impairment) dos seus ativos de longa duração. **4.6. Provisões para perdas em processos judiciais e outras obrigações:** As provisões para perdas em processos judiciais contra a Companhia são reconhecidas como passivo e/ou são divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, a menos que a probabilidade de perda seja considerada remota. Uma provisão para perda em processos judiciais é reconhecida quando a perda for considerada provável e o montante puder ser confiavelmente estimado. Processos judiciais e outras obrigações similares serão liquidados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem. Normalmente, a ocorrência desses eventos não é de controle da Companhia e, portanto, a avaliação desses passivos está sujeita a uma variedade de graus de incerteza legal e interpretativa, requerendo que a Administração faça estimativas significativas e exerça julgamentos. **4.7. Imposto de renda e contribuição social diferidos e a recuperar:** A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e a fatores que podem diferir das estimativas atuais.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	80	520
Aplicações financeiras (*)	4.947	5.703
Total	**5.027**	**6.223**

(*) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A seguir, as aplicações financeiras detalhadas por instituição financeira e tipo de operação:

Instituição financeira	Tipo de aplicações	Taxa média anual de juros	2018	2017
Banco Bradesco S.A.	CDB (i)	98,0% do CDI (ii)	4.947	5.703
Total			**4.947**	**5.703**

(i) Certificado de Depósito Bancário - CDB. (ii) Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Aplicações Financeiras

Instituição financeira	Tipo de aplicações	Taxa média anual de juros	2018	2017
Banco Bradesco S.A.	CDB (i)	98,0% do CDI (ii)	10.152	2.671
Total			**10.152**	**2.671**

(i) Certificado de Depósito Bancário - CDB. (ii) Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. Contas a Receber

	2018	2017
No País	390	2.635
No exterior	-	276
	390	2.911
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(118)	(102)
Total	**272**	**2.809**

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	2018	2017
A vencer	272	2.562
Vencidos até 30 dias	-	247
Vencidos acima de 90 dias	118	102
Total	**390**	**2.911**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Saldo no início do exercício	**102**	**417**
Provisões	16	-
Reversões	-	(315)
Saldo no final do exercício	**118**	**102**

8. Estoques

	2018	2017
Produtos acabados	-	7.768
Matérias-primas	-	841
Produtos em elaboração	-	153
Materiais auxiliares e outros	-	3.732
Provisão para perdas	-	(130)
Total	**-**	**12.364**

9. Ativos Mantidos para Venda: Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, diante da decisão da Administração de descontinuar as operações industriais e comerciais da Companhia no ano de 2018, deu-se início ao processo de alienação de ativos, incluindo o terreno onde funcionava o parque fabril da Companhia. Dessa forma, conforme preconizado pelo Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, em 31 de dezembro de 2018, o terreno se encontra classificado como "Ativo não circulante disponível para venda", pelo montante de R$ 5.354 (custo histórico). Os ativos mantidos para venda são registrados pelo valor justo, sempre que este valor for inferior ao custo histórico. A alienação do ativo mantido para venda é considerada altamente provável e a Companhia mantém a busca ativa por compradores. Adicionalmente, a Administração espera que o valor a ser obtido com a alienação exceda substancialmente o valor contábil do respectivo ativo e, consequentemente, não há previsão de se reconhecer perdas por redução ao valor recuperável *(impairment)* na reclassificação do terreno para ativo não circulante disponível para venda. **10. Imposto de Renda e Contribuição Social:**

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:	2018	2017
Ativo:		
Crédito tributário:		
Base negativa da CSLL	5.169	5.168
Diferenças temporárias	440	503
	5.609	**5.671**
Passivo:		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças de vida útil do ativo imobilizado	-	(7.614)
IRPJ e CSLL diferidos ao custo atribuído	(1.268)	(1.268)
	(1.268)	**(8.882)**
Ativo (passivo), líquido	**4.341**	**(3.211)**

De acordo com a legislação fiscal vigente, os prejuízos fiscais e as bases negativas da contribuição social não estão sujeitos a prazo de prescrição, porém sua utilização está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis futuros. b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado: O imposto de renda no Brasil compreende o imposto de renda e a contribuição social. Os saldos de impostos diferidos no final de cada período são calculados utilizando a taxa em vigor e os saldos fiscais vigentes em cada final de período incluem impostos a serem pagos atualmente (nota explicativa nº 3.26). As despesas e os benefícios com o imposto de renda e a contribuição social nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 encontram-se apresentadas na reconciliação do imposto entre a alíquota oficial e a alíquota efetiva a seguir:

	2018	2017
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(54.651)	(4.378)
Alíquota nominal vigente (25% IRPJ / 9% CSLL)	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	18.581	1.488
Diferenças permanentes, líquidas	(86)	(192)
Diferenças temporárias, líquidas	(18.605)	-
Reversão de IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças de vida útil do ativo imobilizado	7.662	-
Crédito de IRPJ e CSLL no exercício	7.552	1.296
Corrente	-	-
Diferido	7.552	1.296
Total	**7.552**	**1.296**

11. Transações com Partes Relacionadas: Os detalhes dos saldos e transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	31/12/2018 Ativo	31/12/2018 Passivo	31/12/2017 Ativo	31/12/2017 Passivo
Mútuos (i)	190	-	-	-
Dividendos propostos (ii)	-	82	-	153
Juros sobre o capital próprio (ii)	-	21	-	21
Total circulante	**190**	**103**	**-**	**174**

(i) Refere-se ao saldo de mútuos entre a Companhia e a S.V. Holdings Industrial Ltda. (acionista). (ii) Refere-se aos dividendos propostos e aos juros sobre o capital próprio a pagar aos acionistas da Companhia. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O valor agregado da remuneração concedida aos administradores, conselheiros e membros do Comitê Executivo por serviços prestados nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi de R$3.472 e R$1.994, respectivamente.

12. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31/12/2016	**5.354**	**18.080**	**36.763**	**226**	**221**	**153**	**60.797**	**468**	**61.265**
Aquisição	-	-	53	-	20	219	292	2.433	2.725
Alienação (baixa)/transferências	-	610	1.814	-	(3)	3	2.424	(2.815)	(391)
Depreciação	-	(514)	(6.435)	(77)	(40)	(107)	(7.173)	-	(7.173)
Saldos em 31/12/2017	**5.354**	**18.176**	**32.195**	**149**	**198**	**268**	**56.340**	**86**	**56.426**
Alienação (baixa)/transferências	(5.354)	(257)	(1.869)	(120)	(25)	(162)	(7.787)	(86)	(7.873)
Depreciação	-	(238)	(2.861)	(29)	(18)	(33)	(3.179)	-	(3.179)
Perdas por redução ao valor recuperável *(impairment)*	-	(17.681)	(27.465)	-	(155)	(73)	(45.374)	-	(45.374)
Saldos em 31/12/ 2018	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Custo total	5.354	26.861	93.880	-	871	592	127.558	-	127.558
Depreciação acumulada	-	(9.180)	(66.415)	-	(716)	(519)	(76.830)	-	(76.830)
Transferência para ativo mantido para venda (nota explicativa nº 22)	(5.354)	-	-	-	-	-	(5.354)	-	(5.354)
Perdas por redução ao valor recuperável *(impairment)*	-	(17.681)	(27.465)	-	(155)	(73)	(45.374)	-	(45.374)
Saldos em 31/12/2018	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

13. Empréstimos e Financiamentos

	2018	2017
Arrendamento mercantil/Crédito Direto ao Consumidor - CDC	-	218
Total	**-**	**218**
Circulante	-	142
Não circulante	-	76

A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	2018	2017
Saldo em 1° de janeiro	**218**	**1.769**
Novos empréstimos (captações)	-	208
Juros sobre empréstimos e financiamentos	40	49
Amortizações (principal e juros)	(258)	(1.808)
Saldo em 31 de dezembro	**-**	**218**

14. Provisão para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis: a) Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não possui ativos contingentes contabilizados. b) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível: Em 31 de dezembro de 2018, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração da Companhia e por seus assessores legais externos não estão provisionados nas demonstrações financeiras e são compostos, substancialmente, de processos trabalhistas no montante de R$196 (R$0 em 31 de dezembro de 2017) e de processos fiscais no montante de R$2.298 (R$2.871 em 31 de dezembro de 2017). c) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações de natureza trabalhista e fiscal. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia. Com base nesta avaliação, a Administração registou uma provisão para cobrir as prováveis perdas trabalhistas e fiscais. A movimentação dos depósitos judiciais e da provisão é demonstrada a seguir:

	Depósitos Judiciais 2018	Depósitos Judiciais 2017	Provisões 2018	Provisões 2017
Saldo em 1° de janeiro	**907**	**865**	**(778)**	**(726)**
Adições (*)	206	156	(374)	(52)
Atualizações	16	79	-	-
Reversões	(51)	(193)	61	-
Saldo em 31 de dezembro	**1.078**	**907**	**(1.091)**	**(778)**

(*) As adições de provisões são compostas, substancialmente, por estimativas sobre as reclamações trabalhistas. **15. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital subscrito, totalmente integralizado, é de R$45.000, representado por 960.815.109 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A composição do capital social é como se segue:

	Ações 2018	Ações 2017
S.V. Holding Industrial Ltda.	955.173.925	751.544.282
Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda.	-	192.568.808
Outros	5.641.184	16.702.019
Total	**960.815.109**	**960.815.109**

b) Reserva legal: De acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido de cada exercício, antes de qualquer outra destinação, e não deve exceder 20% do capital social realizado. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, não podendo ser distribuída como dividendos. Em decorrência dos prejuízos apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não constituiu reserva legal. c) Ajustes de avaliação patrimonial: Os ajustes de custo atribuído ("deemed cost"), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos, foram registrados em contrapartida da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" em 1º de janeiro de 2009. d) Reserva de lucros: Encontra-se devidamente suportada pelo artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. A referida reserva foi constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e, de acordo com o artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, seu saldo está limitado ao capital social, devendo o excesso ser aplicado no aumento do capital ou na distribuição de dividendos. e) Política de distribuição de dividendos: O Estatuto Social da Companhia prevê, após a destinação de 5% (cinco por cento) para a reserva legal, o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) calculados sobre o lucro líquido do exercício, salvo deliberação em contrário pela Assembleia Geral, conforme dispõe o artigo 202, § 3º da Lei das Sociedades por Ações. Em decorrência dos prejuízos apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não distribuiu dividendos. f) Prejuízo por ação: O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício.

Exercício findo em 31 de dezembro de:	Quantidade média ponderada de ações	Prejuízo do exercício	Prejuízo por ação (R$)
2018	960.815.109	(47.099)	(0,0490)
2017	960.815.109	(3.084)	(0,0032)

A Companhia não possui potenciais ações dilutivas e, portanto, o prejuízo diluído por ação é igual ao prejuízo básico por ação. **16. Receita Operacional Líquida:** A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Receita operacional bruta:		
Mercado interno	33.723	78.260
Mercado externo	2.042	2.802
Impostos e deduções de vendas	(8.081)	(17.936)
Receita operacional líquida	27.684	63.126

17. Custos, Despesas Gerais E Administrativas

	2018	2017
Matérias-primas	(5.972)	(13.328)
Demais insumos utilizados na produção	(7.847)	(16.311)
Despesas com pessoal	(9.049)	(18.327)
Despesas com serviços contratados	(1.863)	(3.450)
Depreciação e amortização	(2.890)	(7.109)
Outras	(3.017)	(6.182)
Total	**(30.638)**	**(64.707)**
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	(22.576)	(55.869)
Despesas com vendas	(1.044)	(2.168)
Despesas gerais e administrativas	(7.018)	(6.670)
Total	**(30.638)**	**(64.707)**

18. Outras Despesas Operacionais, Líquidas

	2018	2017
Receita de venda de ativo imobilizado	4.504	402
Receita de venda de excedente de energia elétrica (*)	2.146	-
Ressarcimento de seguros	70	4
Outras receitas operacionais	861	355
Subtotal - Outras receitas operacionais	7.581	761
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (impairment)	(45.374)	(1.030)
Despesas de operações descontinuadas	(12.464)	-
Provisão para rescisões trabalhistas	(553)	(185)
Provisão para não realização de impostos	(193)	-
Provisão para riscos	(355)	(46)
Parcelamento de impostos - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	-	(1.158)
Outras despesas operacionais	(420)	(422)
Subtotal - outras despesas operacionais	(59.359)	(2.841)
Outras despesas operacionais, liquidas	(51.778)	(2.080)

(*) Refere-se à receita auferida com a venda de energia elétrica não utilizada em decorrência do encerramento das operações industriais a partir de abril de 2018. A Companhia possuía um contrato de compra de energia elétrica na modalidade *"take or pay"* e, portanto, mesmo após o encerramento das operações industriais houve continuidade de compra de energia elétrica, sendo que o montante de energia elétrica não utilizado foi vendido.

19. Resultado Financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	263	245
Variação monetária e cambial ativa	315	505
Outras receitas financeiras	53	137
Receitas financeiras	631	887
Despesas financeiras		
Juros e multas	(63)	(122)
Variação monetária e cambial passiva	(40)	(156)
Descontos concedidos	(270)	(770)
Outras despesas financeiras	(177)	(558)
Despesas financeiras	(550)	(1.606)
Resultado financeiro, líquido	81	(719)

20. Instrumentos Financeiros: a) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: Como política de gestão de instrumentos financeiros, a Companhia busca permanentemente monitorar seus principais riscos. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez e de crédito. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

	Classificação	31/12/2018 Valor contábil	31/12/2018 Valor justo	31/12/2017 Valor contábil	31/12/2017 Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	5.027	5.027	6.223	6.223
Aplicações financeiras	Custo amortizado	10.152	10.152	2.671	2.671
Contas a receber	Custo amortizado	272	272	2.809	2.809
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	155	155	3.063	3.063
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	-	218	218
Partes relacionadas	Custo amortizado	103	103	174	174

A Companhia não possui contratos a termo, opções, "swaptions", "swaps" com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e derivativos "exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação. b) Gestão dos riscos financeiros: A Companhia está exposta aos riscos de liquidez e de crédito, conforme descrito a seguir: Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a exposição da Companhia à insuficiência de recursos de alta liquidez para cumprir com suas obrigações financeiras, devido ao descasamento de prazos ou volume nos fluxos de caixa estimados da Companhia. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, visando garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. Risco de crédito: O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento ("default") de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente: o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e o contas a receber. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em títulos de renda fixa de instituições financeiras com adequados níveis de classificação ("ratings") de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Quanto ao saldo de contas a receber com terceiros, a Administração entende que os procedimentos internos de estabelecimento de créditos são adequados visando mitigar as perdas em suas contas a receber. Quando requerido, provisões para perdas são constituídas conforme critérios descritos na nota explicativa nº 4. Os montantes de exposição máxima desses instrumentos financeiros estão divulgados nas notas explicativas nº 5, nº 6 e nº 7, respectivamente. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos: Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração baseou-se nas seguintes premissas: • Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. • Aplicações financeiras: Os saldos de aplicações financeiras, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. • Empréstimos e financiamentos e contas a pagar a partes relacionadas: A Administração da Companhia entende que o valor justo se aproxima do saldo contábil considerando as condições comerciais entre as partes. • Contas a receber e fornecedores (terceiros): Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. Adicionalmente, os montantes do contas a receber e fornecedores divulgados nestas demonstrações financeiras não diferem, significativamente, dos seus respectivos valores justos devido ao fato do giro dessas contas ser de, aproximadamente, 30 dias. **21. Seguros:** A Companhia mantinha um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas eram contratadas pelos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza das atividades da Companhia, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. O valor segurado por modalidade, conforme as apólices de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

Modalidade do seguro	Vigência De	Vigência Até	Limite máximo de indenização
Seguro patrimonial	23/07/2018	23/07/2019	R$22.000

22. Transações não envolvendo Caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais e de financiamento não envolvendo caixa e, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	2018
Transferência do saldo da rubrica de Terrenos do ativo imobilizado para ativos mantidos para venda	5.534
Atividades operacionais	5.354
Total de transações não envolvendo caixa	**5.354**

23. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2019.

Controladoria	Diretoria
Ronaldo Pires da Silva	**Marcos Antonio da Silva**
Contador - CRC SP 164.536/O-7	Diretor Administrativo Financeiro

continua...

Este documento foi assinado eletronicamente por Lilian Regina Mancuso.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/ e utilize o código F3C3-5B28-0168-AC59.